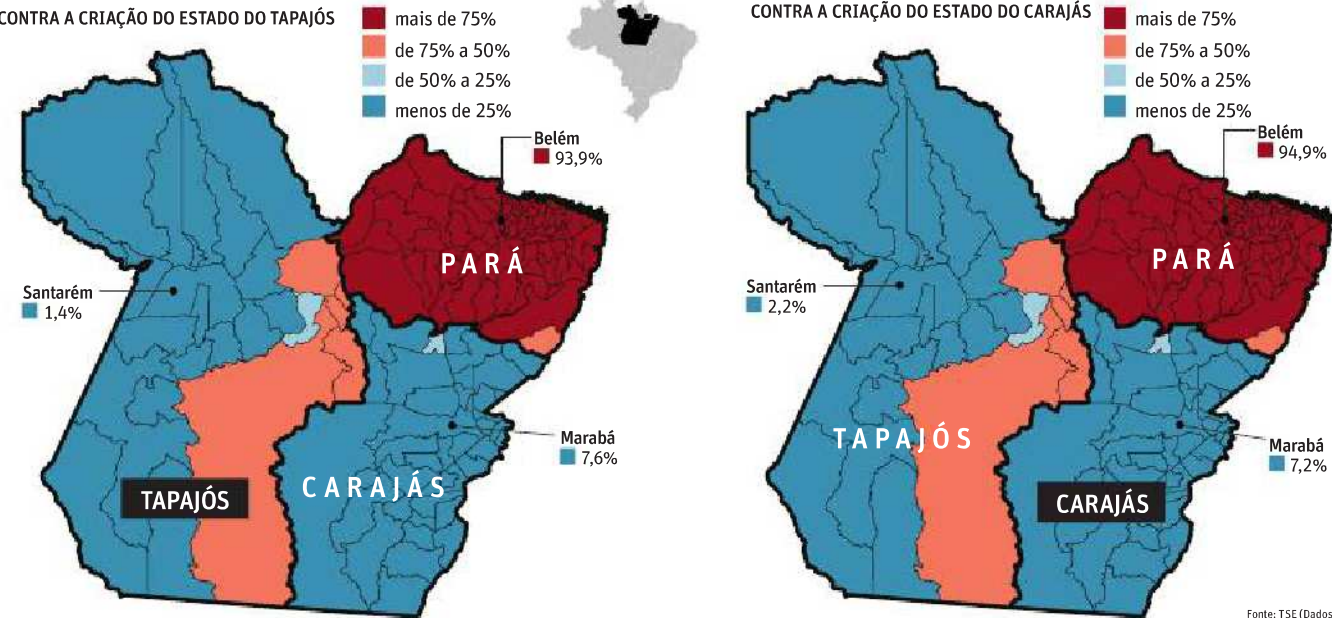


O RESULTADO POR MUNICÍPIO Padrão da votação que rejeitou a criação do Tapajós foi praticamente idêntico ao da rejeição do Carajás



Tapajós culpa Carajás e Duda Mendonça por derrota

Publicitário unificou a campanha separatista nas duas regiões do Pará

Prefeita de Santarém decreta luto e diz que outras cidades devem fazer o mesmo; líderes querem mudar capital

DO ENVIADO A SANTARÉM (PA) DE BELÉM

Os líderes separatistas do Tapajós, no oeste do Pará, atribuíram parte da culpa pela derrota à aliança que fizeram com o movimento do Carajás, no sudeste do Estado. Eles criticaram a decisão de unificar as campanhas e apontaram o publicitário Duda Mendonça como um dos culpados pelo fracasso. Responsável pelo marketing pró-divisão, Duda passou o último mês mergulhado na campanha e morando num dos hotéis mais caros de Belém. O baiano, que possui terras no Carajás, diz ter trabalhado sem cobrar cachê. Exigiu, porém, que a campanha contratasse sua equipe. A prefeita de Santarém, Maria do Carmo (PT), disse que a criação do Tapajós enfrentava menor rejeição que a criação do Carajás na região de Belém. Afirmando que não gostaria de criticar o trabalho de Duda Mendonça, ela chamou de equívoco a campanha não ter mostrado em detalhes as diferenças entre as regiões. Também lamentou que a pecha de “forasteiros” atribuída ao Carajás tenha prejudicado Tapajós. Na região do Carajás, que concentra reservas de minério, cerca de 80% de sua população é originária de outros Estados. Presidente do Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós, o professor Edivaldo Bernardo, da Universidade Federal do Oeste do Pará, disse que o plebiscito seria mais fácil sem o Carajás. Mas, segundo os separatistas, o Tapajós dependeu financeiramente da outra região. Calculam que o “primo rico” tenha bancado 80% da campanha. Além disso, só com a união as duas regiões conseguiram

aprovar no Congresso a realização do plebiscito.

LUTO
Ontem à noite, a Prefeitura de Santarém anunciou luto oficial para hoje. A prefeita disse que outras cidades em que a maior parte dos votos foi a favor da criação do Tapajós e do Carajás também decretarão luto. Edivaldo Bernardo afirmou que, apesar da derrota, o plebiscito pode servir de “barganha” para que as regiões mais pobres consigam mais investimentos. Os líderes pró-Tapajós também anunciaram que vão propor, na Assembleia, a transferência da capital do Pará para o centro do Estado como forma de obrigar o governo a investir nas regiões mais isoladas. Uma das cidades cogitadas é Altamira, onde está sendo construída a hidrelétrica de Belo Monte. “Foi uma disputa desigual”, disse Lira Maia (DEM), deputado federal e presidente da frente pró-Tapajós. (RODRIGO VIZEU E AGUIRRE TALENTO)

Belém não questiona o direito de nossa região mais empobrecida, mas não aceita perder o sudeste, mais rico

MARIA DO CARMO (PT) prefeita de Santarém

Não podíamos sair [em campanha] separados, até por condições financeiras

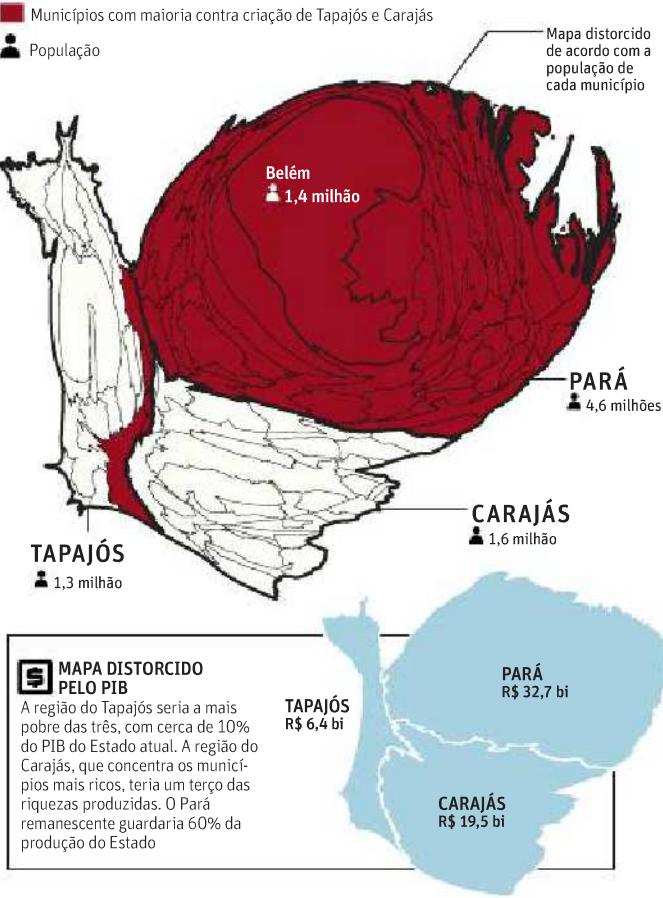
EDIVALDO BERNARDO presidente do Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós

Belém tem raiva do Carajás e pena do Tapajós

LIRA MAIA (DEM) deputado federal e presidente da frente pró-Tapajós

O PESO DE BELÉM

Região que formaria o Pará remanescente, majoritariamente contra a divisão, concentra 60% da população



QUEBRA-CABEÇA

Como ficaria o mapa do Brasil se fossem aprovados projetos que tramitam no Congresso



13 projetos em discussão no Congresso propõem consultas para a criação de novos Estados e territórios

ANÁLISE

Separações não garantem acesso da população a serviços públicos

MANSUETO ALMEIDA ESPECIAL PARA A FOLHA

Independentemente da decisão contra a divisão do Pará, o movimento separatista, como outros que existem no Brasil, chamou a atenção para demandas legítimas por maior acesso a serviços públicos e oportunidades de desenvolvimento local. Há uma vasta literatura que explica os benefícios da descentralização fiscal, ou seja, dos governados próximos de seus governantes. Espera-se que essa proximidade resulte em bons governos e aumente a cobrança por melhores políticas públicas. Mas nem sempre esses benefícios se materializam, por ao menos três motivos. Primeiro, a criação de Estados e municípios sem uma base econômica os torna dependentes de transferências intergovernamentais. Quanto maiores essas transferências, mais difusa a linha de responsabilidade do governante, que poderá tentar culpar, por exemplo, a falta de recursos federais pelas mazelas de sua gestão. Quando o custo de decisões erradas de um Estado é transferido para a União, por exemplo, muito dos supostos benefícios da descentralização fiscal desaparecem. Segundo, a criação de novas unidades não resolve problemas que explicam muito dos movimentos separatistas: o anseio por maior acesso a serviços públicos. Em vez de criá-las, seria melhor aumentar as transferências para financiar a maior oferta de serviços públicos nessas regiões. Terceiro, a criação de novos Estados ou municípios ocasiona, automaticamente, um custo administrativo maior. Em um Estado no qual parte da população já reclama da falta de serviços públicos, o que aconteceria de imediato seria o aumento dos gastos administrativos e não dos próprios serviços. Assim, no lugar de criar novos municípios ou Estados, talvez seja melhor os três níveis de governo tentarem cumprir um princípio básico de um Estado federado: dar acesso a serviços públicos para seus habitantes independentemente da família e do local de nascimento.

MANSUETO ALMEIDA é pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)